

Um juiz em luta pelo voto no DF

Joffily, do TRE, acredita que Brasília está à beira da representação

O novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Geraldo Ireneo Joffily, é um ardoroso defensor da representação política para o Distrito Federal. Ele veio para Brasília quando da transferência da capital e já em 1960, teve a responsabilidade de organizar as eleições para a escolha do presidente da República, quando disputaram o marechal Lott e Jânio Quadros. Joffily garante ter assumido o comando do Tribunal Regional Eleitoral — em julho ele se aposenta — somente por acreditar na representação política e na conquista da cidadania política para o Distrito Federal.

Sua casa, a grosso modo, representa bem a concepção liberal que tem da vida política brasileira. As portas estão permanentemente abertas e bem no meio da sala principal está instalada uma mesa de sinuca profissional, onde todas as tardes dezenas de jovens e crianças reúnem-se para se divertir. As paredes da sala estão totalmente tomadas por livros, mas é possível perceber uma pequena foto, de grande estima para o juiz, o amigo **Carne Frita**, considerado o melhor taco em todo o País. Joffily diz ser imbatível no bilhar francês no Distrito Federal.

Além de dirigir o TRE e de se dedicar horas e horas à leitura, Geraldo Ireneo cultiva o hobby de jogar xadrez com os seus sobrinhos-netos. Foi sentado na mesma mesa onde foi preso pela Revolução em 1º de abril de 1964, que Joffily concedeu esta entrevista ao repórter Davi Emerich, da Editoria de Cidade.

MARCUS OTTONI



Geraldo Joffily, no mesmo local onde foi preso em 64, defende as eleições

Como o senhor vê o Tribunal Regional Eleitoral neste momento que toda a cidade pede representação política?

— Como eu tive oportunidade de falar por ocasião da minha posse, a função do Juiz não pode ser político-partidária. Toda via, ele, individualmente, sempre tem uma posição política no verdadeiro sentido da palavra, aristotélica. Como jurista e como Juiz tenho uma posição totalmente favorável à representação política para o Distrito Federal. Toda cidade depende da sua representação e não existe cidadão sem voto. Muitas questões na vida de uma sociedade só poderão ser acertadas mediante a participação do povo. No Distrito Federal podemos enumerar o transporte de massa, por exemplo. O povo deve ter a consciência do representante que ele elege. E aí podemos ter uma compreensão simples de toda esta problemática: por melhor que seja um administrador, mesmo que ele faça tudo certo, o povo sente-se frustrado quando não participa diretamente da sua escolha. E não adianta ficar preocupado com este processo, pois se uma vez o cidadão escolheu mal o seu representante, na próxima vez passará a eleger um nome diferente, mais próximo à suas preocupações.

A democracia, a meu ver, ainda é o regime que historicamente proporcionou às sociedades o melhor resultado.

— **Então o senhor não admite cidadã de segunda classe?**

— Sem dúvida.

— **O deputado Magalhães Pinto (PDS/MG) afirmou recentemente que o Governo Federal não vai querer ser hóspede da oposição. Como o senhor avalia esta colocação?**

— Magalhães Pinto é um velho político e homem de muita qualidade, dono de uma grande cultura e de muita experiência. Já ocupou vários cargos na vida pública e tem solucionado sempre bem os principais problemas colocados à sua frente. Eu não li esta opinião de Magalhães Pinto, mas estou certo que ele não iria negar peremptoriamente a representação política para Brasília. Um posicionamento contrário ao direito de voto por parte de Magalhães não estaria compatível com a sua própria história de homem público.

Uma representação política, em hipótese nenhuma, viria criar problemas para o Governo Federal. Pelo contrário, sempre é necessário dividir responsabilidades. Em todas as cidades do mundo, existe representação política e é preciso ficar claro que o opositor não é inimigo, mas um colaborador.

— **Existe uma interpretação de que a representação política contribuiria para trazer a agitação política para Brasília. O se-**

“O povo deve ter consciência do representante que elege. Se escolheu mal, na próxima passará a eleger um nome diferente, mais próximo às suas preocupações. A democracia é o melhor regime”.

nhor acredita nesta possibilidade?

— Eu, pessoalmente, não vejo esta possibilidade. Além do mais, se vier a ocorrer mobilizações populares, que mal existe nisso? As aglomerações estão amparadas pela própria Constituição e desde que as manifestações sejam pacíficas, sem prejuízo para o trânsito, não precisam ser temidas. Sou totalmente contrário a agitações terroristas ou mesmo ameaças. A simples presença de multidões em praça pública não atemoriza ninguém e o exemplo mais nítido deste fato é o próprio carnaval. O povo tem plenos direitos para se reunir em praça pública para cantar, brincar e aclamar. Castro Alves já dizia em um dos seus versos que “a praça é do povo, como o céu é do condor”.

— **Se a emenda da representação política passar no Congresso Nacional, as eleições poderiam ser imediatamente realizadas?**

— Tudo depende da lei e tudo começaria pelo registro dos partidos, a realização de convenções de formação das agremiações, bem como as convenções eleitorais. O Tribunal Regional Eleitoral — a este fato deve ser debitado ao meu antecessor, doutor Vicente Cernicharo que desenvolveu na sua gestão um trabalho fantástico — está preparado para realizar as eleições, amanhã. Neste caso, tudo depende do Congresso Nacional.

— **Como o senhor analisa a forma de representação política para Brasília?**

— O senador Marcondes Gadelha, homem experimentado e que teve atuação em vários partidos, defende uma tese agora contrária à Câmara de vereadores, mas deixa uma porta aberta para que o assunto seja resolvido em uma outra etapa. Ele entende que para se instalar no momento uma câmara de vereadores existiram diversas di-

ficuldades institucionais. Já o deputado Aldo Arantes, uma jovem muito inteligente e preparado, defende uma tese abrangente, a meu ver excessiva no que diz respeito a cada uma das cidades-satélites. Eu discordo desta abrangência dada pelo deputado Arantes. Eu defendo a câmara de vereadores para Brasília, mas o Distrito Federal não é um Estado. Não podemos, com as câmaras das cidades-satélites, criar distritos dentro de um Distrito.

A Câmara de Vereadores única seria suficiente para discutir as principais questões das cidades-satélites e a criação de várias gaiolinhas de ouro seria prejudicial para a própria população. Como jurista não vejo como várias câmaras poderiam melhorar o nível da representação. Também sou contrário à existência de deputados estaduais.

— **Há muitas críticas à gaiola de ouro do Rio de Janeiro. O senhor também faria coro a elas?**

— A Câmara Municipal do Rio de Janeiro já contou com grandes nomes como Carlos Lacerda, Euclides Figueiredo e Agildo Barata, entre outros. Este termo **gaiola de ouro** não é uma invenção da UDN, como se tem propalado. Antes de 1930, este termo já era utilizado, pois o próprio prédio parecia uma gaiola. Depois, existia um certo exagero de verbas, arrancando um apelido do povo. A Câmara era um centro de debates e os primeiros representantes comunistas no Brasil apareceram justamente lá, entre eles podemos citar Brandão e Minervino. Apesar do cunho pejorativo, em momento algum podemos justificar a ausência de uma Câmara de Vereadores. A chamada **gaiola de ouro**, na época, sempre foi imprescindível para o Rio de Janeiro.

E quando fui Juiz Federal no Rio de Janeiro tive de cassar algumas nomeações promulgadas pela Câmara. Eu achava

que o preenchimento das vagas tinha que se dar a partir de concursos públicos.

— **Qual a idéia que o senhor tem de democracia?**

— Eu, como magistrado, não posso participar e me envolver em política partidária. Entretanto, eu posso ter minhas opiniões sobre o que é um governo democrático ou autocrático. Na questão brasileira, eu me esquivaria de dar a minha opinião para evitar certos embargos. Todavia, tenho de dizer, sou otimista e confiante em relação ao futuro do Brasil. O que me assusta, atualmente, é o nível da inflação brasileira. Ela pode, simplesmente, paralisar o Estado brasileiro. A deterioração da moeda pode levar o estado à crise.

— **Parece que o senhor foi cassado em 1964. Explique para a gente esta história.**

— Eu fui cassado e preso. Na verdade, naquela ocasião, houve muitos erros cometidos de parte à parte, incluindo o Governo João Goulart e a Revolução. Você vê, até o jornalista Carlos Castelo Branco foi preso, o menos subversivo do que se pode imaginar. No meu caso, eu estava na minha mesa de trabalho aqui em casa e um agente e um soldado vieram me prender no dia 1º de abril de 1964. Eu falei que não iria com apenas duas pessoas. Eu já participei das Revoluções de 30 e 32. Os dois tiveram bom senso, mas voltaram com cerca de 30 elementos da polícia. Bastavam apenas 3 pessoas para me levar preso, pois neste caso já seria tropa. Eu fiquei 15 dias preso, fui interrogado, mas de uma maneira geral fui bem tratado. Na prisão, eu fiquei junto com o padre Lage. Em um livro lançado pelo padre Lage, ele cita uma passagem na ocasião em que eu dizia: “não se aflija, padre Lage, porque, a esta altura, os homens de bem estão todos presos”.

De lá para cá, a nível da magistratura, eu fiquei parado.

Durante os três primeiros meses, reduziram quase dois terços do meu salário, mas este fato foi reparado logo em seguida. Durante todos estes anos eu aproveitei para estudar e pude lançar vários livros e escrever vários artigos, alguns dos quais foram publicados em jornais estrangeiros.

— **O senhor veio com a mudança da Capital?**

— Eu vim com o transplante do Distrito Federal e vale ressaltar que sou o único Juiz deste período que ainda continua em exercício. Eu presidi as eleições de 60, na qual concorreram Lott e Jânio. Na época, eu expedí 23 mil e 400 títulos, fornecidos basicamente aos chamados candangos. Nós iam fornecer títulos eleitorais nos próprios canteiros de obra.

— **As eleições de 60 trouxeram algum problema?**

— Nenhum. Os próprios partidos como PSD, PTB, PDC fizeram questão de assinar atas tecendo os maiores elogios à conduta da Justiça Eleitoral no Distrito Federal.

— **O senhor acredita que a representação política pode ser aprovada até julho, quando o senhor vai se aposentar?**

— Teoricamente sim. Se o calendário da votação do Congresso for obedecido, é bem provável que a representação virá. É uma questão de tempo.

— **Como o senhor vê o Tribunal Regional Eleitoral? Ele é de carimbo?**

— O TRE não é Tribunal e aqui não vai nenhuma crítica aos funcionários e aos meus colegas, todos eles cultos e pessoas extraordinariamente capacitadas. O TRE não julga e nem afirma validade de mandatos. O seu papel no momento é apenas de fornecer títulos. Eu não aceitaria continuar à frente de um Tribunal deste tipo. Eu assumi este mandato na expectativa da aprovação da representação política. Continuar à frente de um Tribunal burocrático por muito tempo seria violentar a minha própria consciência.

O Tribunal, atualmente, tem muita pompa, com 2 desembargadores, 3 juizes e dois advogados, os quais reúnem-se sempre em colégio para resolver questões minúsculas como licença de funcionários. A continuar a função atual do TRE, não seria preciso toda esta estrutura. Com eleições, entretanto, o Tribunal precisaria ser ampliado.

— **Que tipo de mensagem o senhor enviaria aos eleitores de Brasília?**

— Tenho toda esperança em relação à representação política. Confio no exercício do voto. Ele é sempre a melhor maneira de escolher um dirigente. Estou certo de que o eleitor de Brasília tem melhores condições de exercer o seu voto do que eleitores de outros Estados brasileiros. Ele está mais politizado.

“Não acredito na possibilidade de agitação. Além do mais, se vierem a ocorrer mobilizações populares, que mal existe nisso? Castro Alves já dizia, em um de seus versos, que a praça é do povo”.